

A interpretação em Nietzsche: perspectivas instintuais

Vânia Dutra de Azeredo*

Resumo: Neste artigo, procuramos determinar o sentido e o alcance da interpretação em Nietzsche a partir da identificação do próprio instituir da interpretação enquanto expressão de nossos impulsos. Visamos, de um lado, a precisar as noções de signo, sintoma, tipo e valor, e, de outro, a distinguir as análises nietzschianas de uma perspectiva lingüística ou lógica. Apresentamos a genealogia como um procedimento investigador/avaliador que confere à interpretação uma dimensão originária no sentido instituinte tanto do signo quanto do significado. Por fim, afirmamos que, em Nietzsche, estabelece-se um pensamento infinitamente instituinte, já que os impulsos aparecem como verbo, como sujeito e como significação.
Palavras-chave: interpretação – signo – significado – impulso

“Que o valor do mundo está em nossa interpretação (...), que as interpretações até agora existentes são avaliações perspectivas por meio das quais nós nos conservamos na vida, (...) que cada elevação do homem traz consigo a superação de interpretações mais estreitas, que todo o fortalecimento alcançado e todo alargamento de potência abre novas perspectivas e faz crer em novos horizontes – isto percorre meus escritos. O mundo, que em algo nos importa, é falso, ou seja, não é nenhum fato, mas uma composição (Ausdichtung) e arredondamento (Rundung) sobre uma magra soma de observações. O mundo é ‘em flu-

* Doutoranda da USP e professora da UNIJUÍ.

xo', como algo que vem a ser, como uma falsidade que sempre novamente se desloca, que jamais se aproxima da verdade – pois não existe nenhuma verdade” (KSA XII, 2 [108]).

Ao introduzir a interpretação nos domínios do mundo a partir de uma interpretação, Nietzsche aniquilou as noções de fato e de fundamento. Tal procedimento, para alguns, implica em recusar critérios para avaliar, precipitando o homem no absurdo, no sem sentido, no nada. O pensador alemão, entretanto, diria que quaisquer critérios já decorreriam de um avaliar, mesmo o sentido ou a sua recusa constituem a imposição de uma perspectiva, o introduzir de uma interpretação. Nesse sentido, a dificuldade em formular uma resposta conclusiva acerca da produção de significações é remetida à inexistência de um domínio obscuro no qual elas estariam guardadas e à afirmação de uma condição a partir da qual elas são estabelecidas. Ora, se houvesse uma natureza humana apta a dar conta da significação, da verdade e da realidade, então ela forneceria todas as explicações. Contudo, para Nietzsche, não formulamos nem mesmo explicações, já que elas pressupõem uma fixação do ser que só abstratamente se pode atingir. É porque o valor do mundo está em nossa interpretação que não podemos explicá-lo, mas apenas adentrá-lo a partir de vários ângulos, vê-lo sob diversos enfoques. Se só temos um ver perspectivo, nosso conhecer será perspectivo, e o mundo, “que em algo nos importa”, não poderá jamais ser verdadeiro, mas o resultado de nossa avaliação e, portanto, a imposição de uma interpretação.

Consoante a Nietzsche, existem tão-somente interpretações às quais se confere uma factualidade que já seria resultante de uma interpretação. Em um fragmento póstumo ele afirma: “Contra o positivismo, que permanece no fenômeno: ‘só há fatos’, diria eu: não, justamente não há fatos, apenas interpretações” (KSA XII, 7 [60]).

Não há, por conseguinte, um significado objetivamente dado, já que sua caracterização passa pela maleabilidade constitutiva do ato acrescentante ou fundador do próprio significado. A afirmação de que não há um significado objetivamente dado, não quer pôr em questão a existência ou não de objetos externos, mas assinalar que o ato de colocar um objeto em correspondência com um signo, seja através da extensão de seu conceito ou da designação dos diversos seres que ele pode abarcar, já é resultado de uma interpretação. O modo como o objeto é designado e o modo como nos é dado esse objeto é sempre algo resultante. A questão não se coloca em termos de conotação ou denotação, mas do instituir da interpretação, ou seja, do processo anterior que institui e relaciona o signo, o significante e o significado. É isso, em nosso entender, que permite, a partir de Nietzsche, situar a relação intérprete/interpretação em uma dimensão originária no sentido instituinte, já que os termos envolvidos são sempre produtos, não havendo, por conseguinte, previsão de início ou término.

A perspectiva nietzschiana confere, assim, à interpretação um “inacabamento” e uma infinitude que transformam a própria filosofia, ao tentar desvendar o processo que introduz a significação. Dizemos processo, porque é o termo que melhor se aplica ao dinamismo presente nas configurações expressivas que historicamente se objetivaram em sistemas semânticos. Ainda assim, esses sistemas não refletem fatos, ou pelo menos, não necessariamente. É esse justamente o ponto da contenda em Nietzsche, já que, para ele, por trás desses sistemas se encontram avaliações.

Mas se, como afirma expressamente o filósofo, não existem fatos ou mesmo qualquer espécie de “em si” oculto, então o que, nesse caso, requer explicitações é o estatuto de sua interpretação, dado que tudo é sempre interpretação, impõe-se resolutamente perquirir a dimensão que legitima ou que melhor expressa a relação intérprete/interpretação a partir das perspectivas interpretativas apontadas

por Nietzsche. Se a filosofia é por ele apresentada como uma sinomatologia, uma semiologia, uma tipologia e uma genealogia, faz-se mister determinar o sentido e o alcance de um sintoma, de um signo, de um tipo e de um valor em sua relação direta com o instituir da interpretação.

A menção às noções de sentido e de valor indicam um caminho, já que para o filósofo é nesse âmbito que se pode encontrar o efetivo, pois, em não havendo fatos mas somente interpretações, são elas que constituem a efetividade. Restringindo, nesse momento, o campo de análise às produções humanas tem-se que para Nietzsche elas são valores. Conceitos, idéias, ideais ou mesmo signos, enquanto produções, são desde sempre resultante de avaliações e, portanto, valores. “Valores foi somente o homem que pôs nas coisas, para se conservar – foi ele somente que criou sentidos para as coisas, um sentido de homem! Por isso ele se chama de ‘homem’, isto é: o estimador” (Za/ZA I “Dos mil e Um alvos”). O homem é apresentado como o estimador porque em sua relação com as coisas dota-as de sentido, de valor em vista de sua conservação. Afirmar isso implica que o valor não se encontra dado, mas que é estimado sendo, portanto, instituído. Todavia, essa posição não pode ser compreendida como a instauração de um princípio para o estabelecimento de uma dada filosofia que centre o valor em uma perspectiva antropocêntrica ou subjetiva, uma vez que sua instituição remete a uma outra instância que determina as produções.

Se observarmos, por exemplo, a caracterização feita por Nietzsche do castigo, que em termos semióticos pode ser tomado como um signo, veremos que o filósofo opera com outros elementos. Em *Para a genealogia da moral* afirma, “ao castigo, temos de distinguir nele [castigo] duas coisas: primeiro, o que é relativamente *duradouro* nele, o uso, o ato, o ‘drama’, uma certa seqüência rigorosa de procedura, por outro lado, o que é fluido nele, o sentido, o fim, a expectativa que se vincula à execução de tais proceduras”

(GM/GM II § 13). Nietzsche distingue no castigo um elemento “duradouro” – que seria o ato propriamente dito – e um elemento “fluido” – que seria o sentido. No ato estão incluídos todos os tipos de procedimentos que o executam; no fim, as expectativas advindas da execução dos procedimentos. Mas o autor considera que esses procedimentos são anteriores ao sentido dado a eles, embora sejam também a exposição de um dado sentido, uma vez que já havia tais procedimentos sem que fossem associados ao castigo, o que indica ser ele expressão de uma interpretação introduzida para um dado ato. Na seqüência, comenta, “...*não* é como admitiram até agora nossos ingênuos genealogistas da moral e do direito, que pensavam, todos eles, a procedura *inventada* para fins de castigo, assim como outrora se pensava a mão inventada para fins de pegar”. O castigo teve na história da humanidade diversos sentidos, pois para o mesmo tipo de procedimento, foram introduzidas diferentes possibilidades, demonstrando ter ele interpretações divergentes que em cada caso fixam um sentido, mas não como o sentido. Devido a isso, a presença de dois elementos, um duradouro e um fluido, ambos instituídos.

Até esse momento não se percebe uma distinção precisa entre a perspectiva nietzschiana e a de uma análise semiótica, visto que o castigo, enquanto um signo, poderia ser remetido em cada significação recebida, em cada dotação de sentido, ao seu elemento fluido. Poderia esse elemento representar alguma coisa para alguém¹, algo que remete a outros signos, cuja interpretação estaria determinada pelo signo em sua relação com o indicar algo a alguém, ou ainda a reunião de um significante e de um significado. Contudo, não é nessa acepção que se pode conferir estatuto à interpretação em Nietzsche, uma vez que em sua investigação não há ênfase à remessa a outros signos ou à indicação de algo a alguém. É preciso ter presente, de um lado, a crítica de Nietzsche aos mecanismos dissimulatórios da linguagem, sempre de prontidão para veicular a

multiplicidade como unidade. É oportuno citar o texto em que Nietzsche, referindo-se ao testemunho dos sentidos e do intelecto, apresenta um parecer acerca das possíveis convenções de signos: “A ‘razão’ é a causa pela qual falsificamos o testemunho dos sentidos. Enquanto mostram o vir-a-ser, o passar, a mudança, os sentidos não mentem... (...) O resto é aborto e ainda-não-ciência: isto é, metafísica, teologia, psicologia, epistemologia. *Ou* ciência formal, uma teoria dos signos, como a lógica e aquela lógica aplicada, a matemática. Através dela a realidade não se torna presente, nem sequer como problema; e tão pouco a questão sobre que valor tem em geral uma tal convenção semiológica, como a lógica” (GD/CI “A ‘razão’ na filosofia” § 3).

Inicialmente está posta a compreensão de Nietzsche acerca do ser que é entendido como vir-a-ser. A subsistência afirmada é a da transitoriedade enquanto relação entre o vir-a-ser e o perecer, pois o que se conserva é um fluxo constante que possibilita ao perecer vir-a-ser e ao vir-a-ser perecer conferindo-lhe a característica de um passar, mudar, transformar. A linguagem, enquanto centrada na representação e cognição, não apreende o fluxo e o transmuda em fixidez. Em vista disso a unidade e os correlatos coisidade e substância. Mas resta ainda uma questão referente à presença de uma convenção de signos no sentido da determinação de sua vigência. Ora, na ótica nietzschiana, ela permite justamente uma certa homogeneização, salvaguardando o entender e o compreender. Por isso, as formações de domínio são entendidas como unidade, como um, mas Nietzsche ressalta e distingue o significar um e o ser um, apontando às convenções de signos que transmudam o significar em um fixar, o que resultaria em uma falsificação.

O signo, enquanto unidade básica de um sistema de significação funciona como um estabilizador, quer dizer, algo que concentra a pluralidade em uma aparente unidade de sentido, donde decorre a possibilidade de determinação de um significado como o signifi-

cado. Destituindo o signo e suas correspondentes convenções de um estatuto originário no sentido de fundante, Nietzsche os apresenta como um resultado, isto é, o signo já expressa uma interpretação e sua remessa a outro signo é a remessa a outra interpretação.

Por outro lado, Nietzsche compreende o ato de nomear como um explicitar do jogo instintual presente nos dominantes, uma vez que há uma relação direta entre a instituição do signo e o sentimento de dominação expresso pelo direito do senhor de dar nomes. Cada acontecimento recebe tanto o estatuto de designado, quanto um nome, propriamente um som, cuja procedência em ambos remete à ação do senhor de designar, de nomear. Essas noções já se configuram como uma apropriação, já que o ato de nomear implica a posse do nome e, de certo modo, do acontecimento ou objeto nomeado, daí a instituição do signo e do designado. A remessa de um ao outro se deve ao ato instituidor que em Nietzsche cabe ao senhor. Em vista disso, a menção quanto à possibilidade de a linguagem ser remetida à “exteriorização da potência dos dominantes: eles dizem ‘isto é isto’, eles selam cada acontecimento com um som e, com isso, como que tomam posse dele” (GM/GM I § 2). A instituição do signo, assim como do significado é desde sempre resultante, uma vez que o nomear e o significar já decorrem do avaliar. Começa-se, com isso, a estabelecer as fronteiras demarcatórias que separam diametralmente a interpretação nietzschiana de uma análise lingüística ou lógica, de uma perspectiva que possa se fundar em uma semiótica.

Mas, em que consiste e como se efetiva a interpretação em Nietzsche, uma vez que para o filósofo “o mundo (...) é diversamente interpretável, não tem nenhum sentido por trás de si, mas inumeráveis sentidos” (KSA XII, 7 [60])? Ora, na ótica do filósofo, não podemos subir ou descer a outra instância que não seja a de nossos impulsos, já que todas as manifestações em termos do querer, sentir e pensar são expressões das relações dos impulsos entre si. “São

nossas necessidades *que interpretam o mundo*: nossos impulsos e seus prós e contras. Cada impulso é uma espécie de despotismo, cada um tem sua perspectiva, que ele desejaria impor como norma a todos os demais impulsos” (KSA XII, 7 [60]). Assim, são nossos impulsos que em luta permanente configuram interpretações.

A solução para o questionamento acerca da interpretação na visão de Nietzsche, requer que se adentre no âmbito da fisiologia, uma vez que ele compreende o processo significativo a partir da dimensão orgânica, isto é, a partir do feixe de impulsos em luta nos existentes, “Quem interpreta? – nossos impulsos” (KSA XII, 2 [190]). Cada existente se compõe de uma multiplicidade de impulsos que se digladiam permanentemente. Cada organismo, cada órgão mesmo se mantém a partir da alternância entre dominação e subjugação que o faz. Daí a referência do filósofo em *Para além de bem e mal* “a uma estrutura social de muitas almas” disposta a partir de relações de mando (cf. JGB/BM § 19). Estende-se à totalidade dos organismos o fluxo entre o vir-a-ser e o perecer expresso no jogo de alternância de dominação e subjugação que, na sua visão, o constitui. O impulso deve ser compreendido como um despotismo que, a partir de sua perspectiva, introduz uma interpretação que expressa ascensão ou decréscimo: “Infinita interpretabilidade do mundo: toda interpretação um sintoma de crescimento ou de declínio” (KSA XII, 2 [117]).

A interpretação é sempre uma imposição de uma perspectiva, cuja base é dada pelas configurações de domínio manifestas por nossos impulsos que em perpétua mutação constituem aquilo que chamamos homem. Os impulsos manifestam-se em nossas estimativas de valor. Assim, se a vida ascende, as valorações promovem a vida e, se a vida descende, as valorações a obstruem. É isso que Nietzsche quer ressaltar ao afirmar que: “Nas escalas de valor são expressas condições de conservação e de crescimento” (KSA XII, 9 [38]). Em seus textos, encontramos a exposição de tais condições

quando ele apresenta as mudanças de designação e, por decorrência, de significação dos juízos de valor. As análises dos pares de valores bom/mau e bom/ruim, assim como da palavra *Schuld* constituem exemplos interessantes de ascensão ou de declínio ilustrados pelas alterações desses juízos².

Os impulsos são elementos centrais que possibilitam, de um lado, determinar o estatuto e o alcance da interpretação em Nietzsche e, de outro, apreender o sentido, em sua acepção, de um sintoma, de um signo, de um tipo e de um valor, já que, na sua argumentação: “Por trás de toda lógica e de sua aparente soberania de movimentos existem valorações, ou, falando mais claramente, exigências fisiológicas para a preservação de uma determinada espécie de vida” (JGB/BM § 3). As exigências fisiológicas referem-se diretamente às condições manifestas pelos impulsos em termos de uma agregação hierarquizada que promove o seu crescimento ou a desagregação completa deles, que determina seu definhamento. Devido a uma ou outra condição, processa-se o estimar, o avaliar e, por conseguinte, o introduzir de interpretações.

Ora, são os impulsos que interpretam, mas a interpretação mesma não se deixa veicular pelas formas usuais da linguagem que, via de regra, traduzem o vir-a-ser em ser, a multiplicidade em unidade. Desse modo, a manifestação de um sintoma deve ser compreendida como um sinal, um indício, de acréscimo ou de decréscimo em termos instintuais. Esse é o sentido de um sintoma na filosofia de Nietzsche: expressão de sucessos ou fracassos fisiológicos enquanto resultantes das lutas que interagindo ao mesmo tempo compõem o organismo e impõem sua interpretação, sua perspectiva. Um signo não difere muito de um sintoma e pode ser visto a partir de uma relação sinônima com o mesmo, pois se apresenta igualmente como um sinal, um indício de plenitude ou não dos impulsos. Em vista disso é que sua filosofia pode ser entendida como uma sintomatologia, uma semiologia, pois em cada caso são sintomas e signos que

expressam os sucessos ou fracassos fisiológicos. Sendo, portanto, formas de manifestação de nossos impulsos.

O intérprete não se opõe nem difere da interpretação, pois na rede instintual que compõem os existentes, agir é interpretar e o resultado da ação é sempre interpretação, daí a necessária convergência expressa na noção de processo interpretativo. De um lado, os signos antes mesmo de poderem ser oferecidos como elementos para uma interpretação são eles mesmos já interpretação. De outro, os intérpretes não podem estabelecer vínculos ou associações que não sejam previamente resultantes. Há, em vista disso, um “inacabamento” constitutivo da interpretação que se assenta no dado de que não há algo a ser interpretado, pois que tudo é sempre interpretação³. Por isso, não há um estado terminal a ser atingido. Destituem-se, assim, os lugares fixos do intérprete e do interpretado e do signo, do significado e do significante, que passam a ser intercambiáveis.⁴ É possível, por conseguinte, conceber, de um lado, a imposição de uma perspectiva e, de outro, excluir em definitivo a figura do intérprete, pois não há perspectiva antropocêntrica, subjetivista ou mesmo cognitiva.

À genealogia, na ótica nietzschiana, cumpre justamente perscrutar os sucessos ou fracassos fisiológicos que se expressam nos valores. Por isso, detém-se no conhecimento da criação e das condições de criação dos valores perguntando pelo próprio valor deles. O valor, para a genealogia, apresenta dois aspectos: por um lado, é o ponto de partida para a avaliação, por outro, é estabelecido a partir de uma dada avaliação. A questão da avaliação é o ponto principal para o estabelecimento do valor de um valor em sua referência à promoção ou obstrução da vida. Para Nietzsche, toda e qualquer atividade humana se apresenta como avaliação, mas essa avaliação é desde sempre o introduzir de uma interpretação. Quem interpreta não é um existente movido pela cognição, mas as lutas entre os diversos impulsos. Há uma correspondência entre nossos impulsos e

nossas avaliações, uma vez que estas últimas decorrem de um crescer ou de um declinar que se expressa em estimativas de valor. Eis o porque do estabelecimento de uma tipologia, já que o caráter agonístico presente no instituir do valor remete a perspectivas divergentes que em termos de suas manifestações no homem remontam a tipos disjuntivos denominadas pelo filósofo senhor/nobre e escravo/vil. Remetem a constituições díspares que, no limite, expressam a condição de uma vida, os seus sucessos ou fracassos fisiológicos. Compreende-se, a partir disso, a conhecida estratificação nietzschiana que, tendo por pano de fundo a questão fisiológica aplicada ao organismo, estabelece a disjunção forte/fraco. Assim, à genealogia cumpre papel decisivo, pois, ao identificar o duplo aspecto existente no valor, refere-o ao tipo que o institui, ao determinar o tipo remete-o à sua condição de vida e ao conferir à vida seu caráter agonístico a compreende enquanto jogo permanente de nossos impulsos, cujo resultado obtido em termos de fracasso ou êxito na obtenção de mais potência constitui a própria interpretação.

Há, por conseguinte, a partir de Nietzsche, uma reviravolta em termos de compreensão, enunciada pela recusa em conceder ao estado consciente o primado da significação. A consciência não desempenha a função mais nobre no organismo, ao contrário, desenvolveu-se devido à necessidade de comunicação, devendo ser vista como um órgão condutor de algo sem, todavia, responsabilizar-se pela condução dos processos no organismo⁵. Daí ele enunciar que “tudo o que se torna consciente foi previamente preparado, simplificado, esquematizado, interpretado” (KSA XIII, 11 [113]). O filósofo não acredita na supremacia desses órgãos que teriam, em si, a competência e a função de atingir as coisas mesmas ou condicionantes referentes à verdade dessas coisas. Entende o seu desenvolvimento na perspectiva da utilidade. Com relação aos órgãos do conhecimento diz: “Todos os órgãos do conhecimento e dos sentidos são unicamente desenvolvidos quanto às condições de conservação e

de crescimento” (KSA XII, 9 [38]), e, em vista disso, simplificarem e esquematizarem. Em termos da crença na razão declara: “A confiança na razão e em suas categorias, (...), na *escala de valores* da lógica, demonstra somente a *utilidade* desta para a vida, utilidade já demonstrada pela experiência e não sua ‘*verdade*’” (*ibidem*).

Ora, se a consciência não tem um papel fundamental e os órgãos do conhecimento obedecem aos condicionantes de ascensão e de declínio, é o que basta para pôr em xeque a onipotência do intelecto tanto em termos de competência quanto em termos de produção, conferindo o primado da significação às necessidades orgânicas, às condições de uma ascender ou de um declinar manifestas nos organismos e expressas em suas estimativas de valor. No limite, são resultantes de uma interpretação, constituem a imposição de uma perspectiva, pois não há outro modo de estar no mundo salvo o interpretante – sem, todavia, a inserção do intérprete. A exposição nietzschiana não se furta a essa classificação, já que se apresenta igualmente como uma interpretação, cuja avaliação de seu valor dependerá sempre da promoção ou obstrução da vida, do ascender e do declinar que governam a luta constante a partir da qual se desenvolvem os organismos enquanto impulsos que se digladiam permanentemente.

Em *Para além de bem e mal*, ele se dispõe “a pôr o dedo sobre artes-de-interpretações ruins” (JGB/BM § 22), indicando, com esse procedimento, que as demais explanações são interpretações, diferindo, assim, em função da qualidade daquilo que professam, mas não de sua verdade, “mas como se comenta, isso é interpretação, não texto” (*ibidem*). Em termos da existência de ângulos, visões e perspectivas díspares afirma, “poderia vir alguém que, com a intenção e a arte de interpretações opostas, soubesse, na mesma natureza e tendo visto os mesmos fenômenos, decifrar precisamente a imposição tiranicamente irreverente e inexorável de reivindicação de potência” (*ibidem*), acrescenta ainda “um intérprete”, nesse caso

como ele, “que vos colocasse diante dos olhos a falta de exceção e a incondicionalidade que há em toda ‘vontade e de potência’ (...) e que, contudo, terminasse por afirmar desse mundo o mesmo que vós afirmais, ou seja, que tem um decurso ‘necessário’ e ‘calculável’, mas *não* porque nele reinam leis, mas porque absolutamente faltam as leis, e cada potência, a cada instante tira sua última consequência” (JGB/BM § 22). Com relação a sua própria filosofia, portanto, deixa claro que se configura também como uma interpretação ao admitir que lhe seja feita a seguinte objeção, “posto que também isto seja somente interpretação – e sereis bastante zelosos para fazer essa objeção? – ora, tanto melhor!” (*ibidem*).

Consoante a Nietzsche, as explicações, até então formuladas, são produto dos impulsos e, por conta disso, interpretações perspectivas que promovem recortes no vir-a-ser tentando firmá-lo e moldá-lo para, em vista de um dado crescimento, dominá-lo. Através da incorporação e do ter de deixar-se incorporar que se expõem e impõem sua interpretação, “formulam” sua perspectiva. O único modo de conhecer é interpretar, conferindo a dimensão instintual o primado do significar. É através de nossos impulsos que entendemos não só a passagem do fisiológico ao semântico, mas primordialmente, o porquê dessa passagem, isto é, a própria necessidade pertencente ao homem, enquanto organismo, de construir um aparato conceptual que lhe permita se situar no mundo. Com efeito, na base destes conceitos estão avaliações, pois conceitos, idéias, ideais e signos são valores, quer dizer, pontos de vista, “condições de conservação e intensificação de complexas formações vitais, de duração relativa, no interior do vir-a-ser” (KSA XIII, 11 [73]). Por isso, existe, na ótica de Nietzsche, “*apenas* uma visão perspectiva” e somente “um ‘conhecer’ perspectivo”. A profusão de afetos interfere, ou melhor, determina nossa visão sobre algo e circunscreve as possibilidades de nossa objetividade, já que nosso aparato conceptual, nosso sistema semântico exprimem nossos afetos. Daí ele afirmar:

suspender os afetos todos sem exceção, supondo que conseguíssemos: como? – não seria *castrar* o intelecto?...” (GM/GM III §12).

Nesse sentido, duas palavras fornecem a tônica, já que circunscrevem um tipo de procedimento: ou bem se trata de tornar algo inteligível ou de interpretar algo. Em Nietzsche, com certeza, não se tem um mesmo procedimento. No primeiro caso, pode-se dizer, busca-se eliminar pontos ambíguos e obscuros, precisar conceitos, apresentar razões que digam porque ‘q’ é o caso. No segundo, procura-se elaborar ficções, formular “explicações” enquanto o postular de uma interpretação, o impor de uma perspectiva. Há pressupostos diferentes que subjazem aos dois modos de proceder, pois no primeiro deles acredita-se na possibilidade de atingir a verdade, já que ela é condicionante de clareza, precisão e justificação. No outro, a própria verdade já é imposta perspectivamente, pois a verdade seria uma ficção. A competência dos órgãos aptos para o conhecimento de algo diferirá em uma e outra forma de abordagem separando diametralmente o explicar do interpretar.

Em Nietzsche, estabelece-se de direito um pensamento, uma visão e um vir-a-ser primordialmente e infinitamente instituinte, já que os impulsos aparecem como verbo, eles são o interpretar, como sujeito, eles são o intérprete, e como significação, eles são o significante e o significado que se faz, não, todavia, enquanto ser, mas enquanto *exercer-se*.

Abstract: In this article we try to determine the sense and the extent of interpretation in Nietzsche's work in the light of the identification of the institution of interpretation with the expression of our impulses. We aim, on one hand, at clarifying the notions of sign, symptom, type and value, and, on the other, at distinguishing between the Nietzschean analyses and linguistic or logic perspectives. We also present the genealogy as an investigative/evaluative procedure which gives interpretation an original dimension in the sense that it establishes the sign as well as the meaning. Finally, we declare that, in Nietzsche, it is settled an infinitely instituting thought, since the impulses appear as verb, as subject and as signification.
Keywords: interpretation – sign – meaning – impulse

notas

- ¹ Recorremos, nesse caso, à definição peirciana de signo: “algo que sob certo aspecto representa alguma coisa para alguém”. Esse representar algo a alguém se relaciona ao *fundamento*, o signo “coloca-se no lugar de um objeto”, ao *objeto*, “o signo representa alguma coisa”, e ao *interpretante*, signo criado na mente de uma pessoa equivalente ao anterior ou mais bem desenvolvido. As possibilidades da interpretação estão determinadas pelos diferentes pontos expressos pelo signo. Em vista disso, constitui-se como processo triádico conforme os signos sejam considerados a partir dos próprios signos ou em suas relações com os objetos ou com quem interpreta (cf. Peirce 10, p. 94). Na nossa visão, a perspectiva de interpretação nietzschiana difere da semiótica de Peirce ao conferir às atividades instintivas a primazia da significação.
- ² Em *Para a genealogia da moral*, Nietzsche verifica na etimologia das palavras a significação atribuída e, com isso,

a remessa da designação à postulação de um sentido expresso em um dado momento histórico, assim como de suas alterações de significação que expressam reorganizações nas relações entre os impulsos. Na primeira dissertação, o filósofo se detém a analisar a dupla proveniência dos juízos de valor bom/mau (*gut/böse*) e bom/ruim (*gut/schlecht*) para explicitar a duplicidade de avaliações vinculando-as a dois tipos distintos de homem – senhor e escravo. Na segunda dissertação, tomando a dupla significação da palavra *Shuld* – que designa, ao mesmo tempo, culpa e dívida – ele mostra que, em um primeiro momento, a responsabilidade está ligada à dívida, o homem é responsável por uma dívida, e não à culpa, o homem responsável por uma falta.

³ O filósofo francês Michel Foucault reconheceu, nos textos de Nietzsche, a dimensão primordialmente intuitiva da interpretação, considerando que Nietzsche, juntamente com Freud e Marx, introduz uma nova hermenêutica mediante um redimensionamento da interpretação. Na perspectiva de Foucault, esses autores distanciam-se da tradição interpretativa, pois “não multiplicaram de modo algum os signos do mundo ocidental. Eles não deram um sentido novo às coisas que não tinham um sentido. Eles na realidade transformaram a natureza do signo e modificaram a feição com a qual o signo poderia ser interpretado”. Com relação ao estabelecimento, por parte desses pensadores, dos postulados de uma hermenêutica moderna acrescenta ainda: “se a interpretação não pode jamais acabar, isso se dá simplesmente porque não há nada a interpretar, porque no fundo tudo é sempre interpretação, cada signo é ele mesmo não a coisa que sofre a interpretação, mas interpretação de outros signos”. (Foucault 2, pp. 183-192). Não podemos nos furtar a admitir a influência de Foucault sobre a perspectiva de “abertura irreduzível” da interpretação em Nietzsche. Efetivamente, a proposição de “inaca-

bamento” da interpretação tem, nesse pensador, suas diretrizes. Contudo, em nossa abordagem, partimos da compreensão de uma dimensão especial conferida por Nietzsche à fisiologia, entendendo que “quem” interpreta são impulsos, forças, vontades que, visando a ser mais, impõem sua perspectiva. Nesse caso, o aparato conceptual nietzschiano não é utilizado como um operador, mas enquanto rede de conceitos que interligados compõem uma filosofia, ainda que situando o filosofar em uma nova dimensão.

- ⁴ Nos textos de Nietzsche, via de regra, a violência é apresentada como característica essencial da vida no sentido de função elementar. Em *Para além de bem e mal* § 259 afirma, “a vida é *essencialmente* apropriação, ofensa, sujeição do que é estranho e mais fraco, opressão, dureza, imposição de formas próprias, incorporação e no mínimo e mais comedido, exploração...” E, em *Para a genealogia da moral* II § 11, encontra-se um texto similar em que Nietzsche reafirma, “*essencialmente*, isto é, em suas funções básicas, a vida atua ofendendo, violentando, destruindo, não podendo sequer ser concebida sem esse caráter”.
- ⁵ Em *Para a genealogia da moral*, ao realizar uma genealogia da própria espiritualidade mediante uma hipótese histórico-interpretativa da inscrição do social no homem, Nietzsche afirmara que, outrora, o homem desenvolvia plenamente os seus instintos e, inclusive, tinha neles o guia certo de sua ação. A partir da sua inserção na sociedade, entretanto, eles perderam o valor, foram colocados em suspenso, já que não serviam de guia diante de novas condições de existência. Desde então, os homens foram obrigados a desenvolver as habilidades do espírito, “eles foram reduzidos, esses infelizes, a pensar, a concluir, a calcular, a combinar causas e efeitos; eles foram reduzidos a sua consciência (*Bewusstsein*), ao seu órgão mais miserável e falível” (GM/GM II § 16) Na ótica nietzschiana, a “consciência” é a fase mais tardia da evolução da vida orgânica sendo, por

isso, mais frágil e falível. Daí a sua consideração acerca da infelicidade humana, uma vez que é reduzida a um sistema cuja fraqueza interna demanda dificuldades em sua determinação como guia da ação. Contudo, a sua inserção na sociedade requer a comunicação e, portanto, a consciência: “o homem ermitão e animal de rapina não teria precisado dela” (FW/GC § 354).

referências bibliográficas

1. DELEUZE, Gilles. *Nietzsche et la Philosophie*. Paris, PUF, 1962.
2. FOUCAULT, Michel. “Nietzsche, Freud, Marx”. In: *Nietzsche – Cahiers de Royaumont*, Paris, Minuit, 1967.
3. _____. “Nietzsche, a genealogia e a história”, in *Microfísica do poder*, organização de Roberto Machado. Rio de Janeiro, Graal, 1989.
4. MARTON, Scarlett (org.). *Nietzsche hoje?* Colóquio de Cerisy. São Paulo, Brasiliense, 1985.
5. _____. *Nietzsche, das forças cósmicas aos valores humanos*. São Paulo, Brasiliense, 1990.
6. MULLER-LAUTER, Wolfgang. *A doutrina da vontade de poder em Nietzsche*. Tradução de Oswaldo Giacóia Junior, São Paulo, AnaBlume, 1997.
7. NIETZSCHE, Friedrich. *Sämtliche Werke – Kritische Studienausgabe*. Edição organizada por Giorgio Colli e Mazzino Montinari. Berlim, Walter de Gruyter & Co., 1967/1978.

8. NIETZSCHE, Friedrich. *Nietzsche – Obras Incompletas*. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho. In: “Os Pensadores”. São Paulo, Abril Cultural, 1978.
9. NIETZSCHE, Friedrich. *Além do bem e do mal*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
10. PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica e Filosofia*. Tradução de Octanny Silveira da Mota e Leônidas Hegenberg. São Paulo, Cultrix, 1993.